

PROGESTÃO

Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas

2º OFICINA PROGESTÃO: Intercâmbio sobre outorga de direito de uso da água

RESULTADOS E DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA NO PAÍS



São Luís, 15 a 17 de maio de 2019



MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO REGIONAL



PACTO NACIONAL PELA GESTÃO DAS ÁGUAS

Carta de Brasília

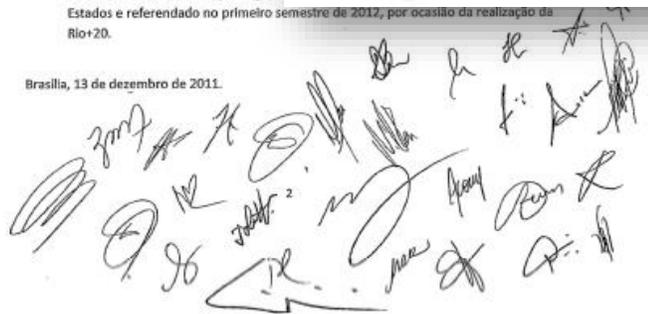
CARTA DOS SECRETÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS E DIRIGENTES DE ÓRGÃOS GESTORES DE RECURSOS HÍDRICOS EM PROL DE UM "PACTO NACIONAL PELA GESTÃO DAS ÁGUAS"

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Águas, representada pelos Diretores Vicente Andreu, Paulo Lopes Varella Neto, João Gilberto Lotufo, Dalvíno Troccoli Franca e Paulo Rodrigues Vieira, Secretários de Estado de Recursos Hídricos e dirigentes de Órgãos Gestores de Recursos Hídricos, em reunião realizada em Brasília, em 13 de dezembro de 2011, aprovou a seguinte:

- Considerar a importância da água para o desenvolvimento econômico, social e ambiental;
- Considerar a necessidade de uma política nacional de recursos hídricos;
- Considerar a importância da água para o desenvolvimento econômico, social e ambiental;
- Considerar a importância da água para o desenvolvimento econômico, social e ambiental;
- Considerar a importância da água para o desenvolvimento econômico, social e ambiental;
- Considerar a importância da água para o desenvolvimento econômico, social e ambiental;
- Considerar a importância da água para o desenvolvimento econômico, social e ambiental;
- Considerar a importância da água para o desenvolvimento econômico, social e ambiental;

1. Reiterar o compromisso da União e dos Estados, aqui representados por suas instituições, com a efetiva articulação entre os processos de gestão e de regulação conduzidos nos níveis nacional e estadual, visando à superação de desafios comuns e à promoção do uso múltiplo e sustentável dos recursos hídricos em bacias compartilhadas.
2. Iniciar imediatamente, com o apoio da Agência Nacional de Águas, uma agenda conjunta de trabalho, objetivando identificar os desafios futuros para o gerenciamento dos recursos hídricos nos diferentes Estados e regiões do país, bem como as ações necessárias para o fortalecimento do modelo brasileiro de governança das águas.
3. Promover discussões que permitam aperfeiçoar a Política de Recursos Hídricos, nos níveis federal e estadual, adaptando-as às diferentes realidades e particularidades do país e dos marcos jurídicos vigentes.
4. Promover as articulações necessárias no sentido de compatibilizar as diferentes políticas públicas que utilizam os recursos hídricos como insumos básicos, bem como com as premissas de sustentabilidade em suas diversas dimensões: ambiental, social e econômica.
5. Estabelecer, a partir da visão de futuro das Secretarias e dos Órgãos Gestores Estaduais de Recursos Hídricos, metas para organização e consolidação de estruturas institucionais compatíveis com o grau de complexidade exigido pela gestão da temática em cada estado brasileiro.
6. Definir, a partir da visão de futuro sobre as bacias compartilhadas, metas com relação à quantidade e qualidade de água em cada território e região compartilhada.
7. Propor, a partir dos resultados desse Termo de Compromisso, de caráter "Gestão das Águas", a ser construído em cooperação entre os entes federados, a ser submetido à apreciação e referendado no primeiro semestre de 2012, por ocasião da realização da Rio+20.

Brasília, 13 de dezembro de 2011.



- Assinada em 13/12/2011 por todos os 25 gestores estaduais presentes

5. Estabelecer, a partir da visão de futuro das Secretarias e dos Órgãos Gestores Estaduais de Recursos Hídricos, metas para organização e consolidação de estruturas institucionais compatíveis com o grau de complexidade exigido pela gestão da temática em cada estado brasileiro.

2013

Lançado o Programa de Consolidação do Pacto Nacional para a Gestão de Águas
PROGESTÃO

Tipologias de gestão

Estrutura institucional	Complexidade do processo de gestão			
	Muito alta	Alta	Média	Baixa
Avançada	Classe D	Classe C	Classe B	Superestimado
Robusta				Classe A
Intermediária	Subestimado	Classe C	Classe B	Classe A
Básica				

“A tipologia de gestão selecionada deve **refletir a complexidade exigida no processo de gestão das águas e ser compatível com a estrutura institucional** necessária para enfrentar os desafios em cada estado, principalmente relacionados ao balanço quali-quantitativo e à incidência de conflitos pelo uso da água”

PROGESTÃO – 1º Ciclo

50%

**METAS DE COOPERAÇÃO
FEDERATIVA**

- Pré-definidas pela ANA
- Iguais em todo o país
- **Certificadas** pela ANA

50%

**METAS DE FORTALECIMENTO DOS SISTEMAS
ESTADUAIS DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS
HÍDRICOS - SEGREHs**

- Dependem da tipologia escolhida pelo estado
- As metas contemplam todo o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos
- Devem ser **avaliadas e aprovadas** pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH) a partir de **autoavaliação** da entidade estadual

Progestão: 2º Ciclo - início em 2017

METAS DE COOPERAÇÃO FEDERATIVA

- ✓ Integração de dados de usuários de recursos hídricos;
- ✓ Capacitação em recursos hídricos;
- ✓ Contribuição para difusão do conhecimento;
- ✓ Prevenção de eventos críticos;
- ✓ Atuação para segurança de barragens.

Repasse de até R\$ 500 mil

5 metas de cooperação federativa



**A ANA certifica com base no
RELATÓRIO PROGESTÃO**

Metas de gerenciamento de recursos hídricos em âmbito estadual

- ✓ 9 Variáveis legais, institucionais e de articulação social;
- ✓ 7 Variáveis de planejamento;
- ✓ 8 Variáveis de informação e suporte;
- ✓ 7 Variáveis operacionais.

Repasse de até R\$ 250 mil

31 metas de gerenciamento de recursos hídricos em âmbito estadual



**O CERH certifica com base no
FORMULÁRIO DE AUTOAVALIAÇÃO**

Metas de investimento estadual

Investimentos com recursos orçamentários próprios nas seguintes variáveis críticas de gestão:

- ✓ Organização Institucional do Sistema de Gestão;
- ✓ Comunicação Social e Difusão de Informações;
- ✓ Planejamento Estratégico;
- ✓ Plano Estadual de Recursos Hídricos;
- ✓ Sistema de Informações;
- ✓ Outorga e;
- ✓ Fiscalização.

Repasse de até R\$ 250 mil

*(Investimento mínimo de R\$ 25 mil por ano.
ANA repassa valores iguais aos executados até o limite de R\$ 250 mil)*



**O CERH certifica com base no
FORMULÁRIO DE AUTODECLARAÇÃO**

AVANÇOS OBSERVADOS NA GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS

“O Progestão promoveu melhorias na gestão estadual de recursos hídricos, bem como propiciou a otimização da atuação e articulação da ANA junto aos estados.” (IPEA, 2017)



O programa contribuiu com avanços na implementação da política estadual de recursos hídricos e no compartilhamento de dados e informações

- Todos os estados compartilham os dados dos usuários regularizados e informações complementares de poços no **CNARH**.
- Teve início a elaboração e a implementação dos **Planos de Capacitação** do sistema estadual que devem ser apreciados pelo CERH.
- Esforço de articulação interna nos estados para envio dos dados para a elaboração do **Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos do Brasil** de forma otimizada.
- Elaborados os Manuais de Operação das **Salas de Situação**. Boletins produzidos em todas as Salas com média de transmissão de dados das **estações telemétricas** da rede de alerta nacional superior a 80%.
- Otimização do cadastro de **barragens** no Relatório de Segurança de Barragens (RSB). Barragens classificadas por dano e risco. Regulamentação da PNSB no âmbito estadual. Procedimentos de regularização dos barramentos otimizado. Meta de fiscalização a partir de prioridades e procedimentos definidos.
- Somente o estado do Amapá ainda não conta com um **PERH** elaborado.

O programa contribuiu com avanços na implementação de ferramentas estaduais de gestão

- **AC, AM, AP e MS** implementaram a outorga do direito de uso de recursos hídricos.
- **ES** publicou normativos e implementou a outorga de água subterrânea.
- **MS** implementou o módulo de outorga no Sistema Estadual do Imasul (SIRIEMA) e, recentemente, efetivou acordo de cooperação com a Secima/GO para repasse desta metodologia.
- **PB** contratou o sistema de informações da AESA junto à UFCG, já vigente, com recursos do programa.
- **RO** criou Coordenadoria específica de recursos hídricos em 2015 (Coreh), melhorando o arranjo institucional para atuação do estado na gestão das águas (Boletim nº 5).
- **SE** definiu valores diferenciados de diárias no âmbito do Progestão, por meio de decreto do governador.
- **AL, AM, MS e RN** utilizam recursos do programa para a contratação de bolsistas e técnicos responsáveis pela gestão de recursos hídricos. Em outros estados a equipe é reforçada (**CE, SC, PI, SE**).

Intercâmbio de experiências entre os estados foi intensificado.

O programa promoveu o fortalecimento do papel dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos - CERHs na gestão estadual

- O **Conselho é responsável pela aprovação das metas estaduais** e, pelo menos uma vez por ano, a pauta das reuniões inclui apreciação do Progestão para fins de sua certificação.
- Há valorização do programa pelos conselheiros, mas há queixas da falta de capacitação para melhor acompanhamento do cumprimento das metas e sugerem a **criação de uma instância específica** para análise do progestão.
- Maior fortalecimento do CERH, no 2º ciclo. O **CERH aprecia o plano de capacitação, o desembolso realizado e as prioridades de aplicação dos recursos** do Progestão no estado.

DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA E PARA A GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS

Desafios:

- **Ampliação da equipe técnica:** deficiência no número de técnicos em todos os estados e ausência de servidor do quadro permanente em alguns estados.
- **Melhoria da capacitação:** carência em diversos temas.
- **Ampliação do esforço interno de articulação:** necessidade de articulação com outras instituições imposto pelo programa para o cumprimento de diversas metas (cadastro e outorga, dados de qualidade da água para o Conjuntura, operação da Rede de Alerta, produção de boletins da Sala de Situação, atuação em segurança de barragens).
- **Fortalecimento da atuação dos CERHs:** necessidade de fortalecer os CERHs para a implementação do programa (há queixas sobre o processo de aprovação das metas sem o devido conhecimento pelos membros).

DESAFIOS NA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS TRANSFERIDOS

Repasse de recursos financeiros do Programa

Até 2018 foi transferido aos estados o montante de R\$ 92,6 milhões

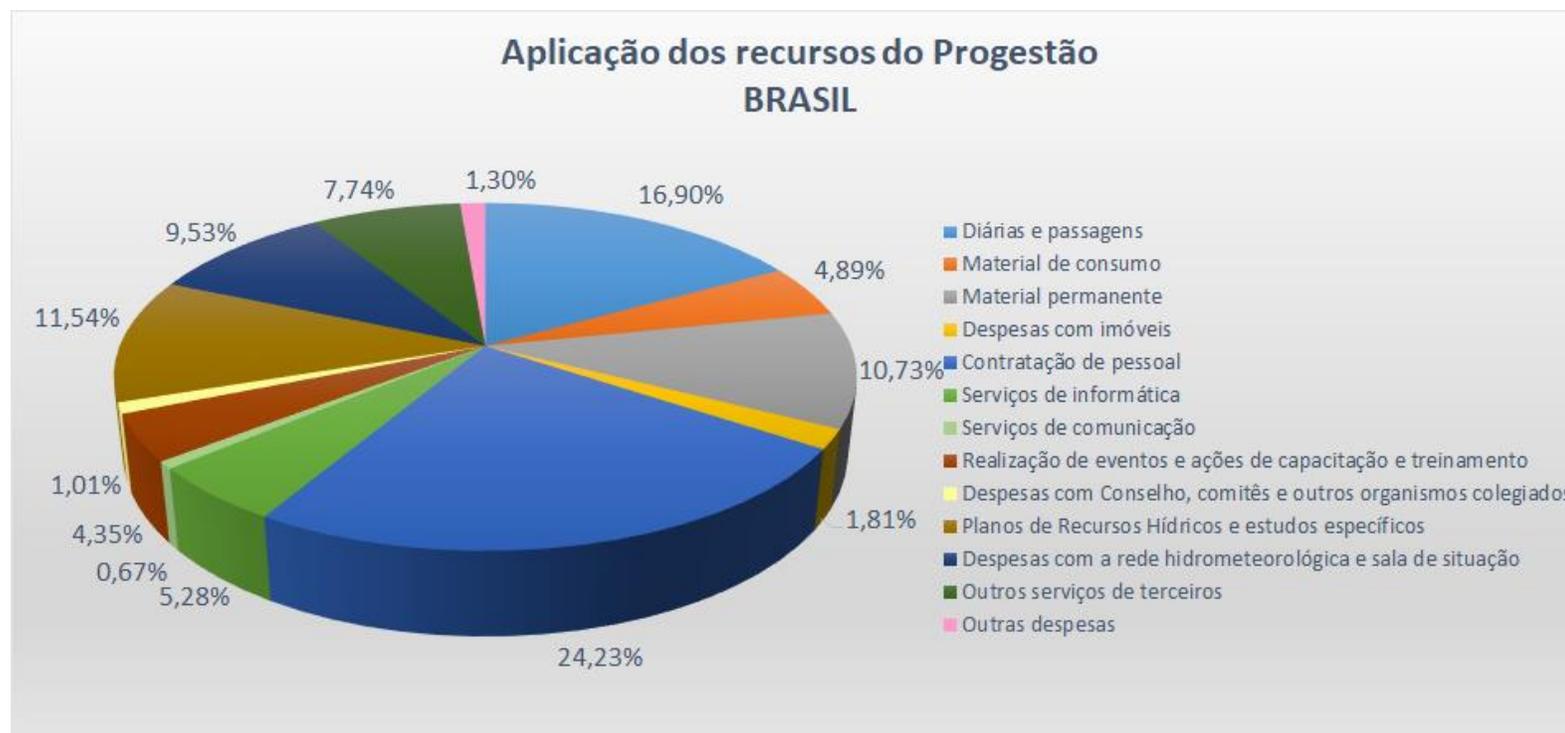


Desafio 1: melhorar o percentual de utilização dos recursos transferidos pelo programa



O PERCENTUAL MÉDIO DO VALOR UTILIZADO PELOS ESTADOS COMPARADO AO TOTAL REPASSADO PELA ANA ALCANÇOU APROXIMADAMENTE **58%** EM 2017

Desafio 2: aplicação qualificada dos recursos transferidos



GASTOS ELEVADOS COM AÇÕES DE CUSTEIO DAS INSTITUIÇÕES

Desafio 3: aplicação dos recursos do programa em ações exclusivas de fortalecimento do sistema estadual de gestão dos recursos hídricos



**Recursos
investidos em
ações de meio
ambiente!!!**

**Recursos
transferidos para o
Tesouro Estadual!!!**

Conformidade dos contratos de premiação

- Em 2018 a **Auditoria Interna da ANA** realizou levantamento para elaboração do Plano de Gestão de Riscos do Progestão.
- **Atenção: o desvio de finalidade na aplicação dos recursos do programa foi considerado de alto risco.**
- Foi previsto, a verificação de conformidade sobre a aplicação dos recursos transferidos aos estados no âmbito dos programas executados com contratos de premiação.

RECOMENDADO:

- **Documentar e justificar** os investimentos realizados.
- Elaborar o **plano plurianual de aplicação dos recursos** e avaliar sua execução com participação dos envolvidos no cumprimento de metas e enviar para apreciação pelo CERH.

Obrigada!

Elmar Andrade de Castro
elmar.castro@ana.gov.br
(61)2109-5233

Coordenação de Apoio e Articulação com o Poder Público - COAPP

www.ana.gov.br

Siga **anagovbr** na mídias sociais

